

A nighttime photograph of the Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) building, featuring classical architecture with columns and statues, illuminated by warm lights. The image is partially covered by a dark blue overlay on the right side.

Simulado Final **ALERJ**

Especialista Legislativo
Nível IV - Comunicação Social
Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **ALERJ**, cargo de **Especialista Legislativo Nível IV - Comunicação Social**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/odcUiYazUhgF3jtHA>

01 - A B C D E	17 - A B C D E	33 - A B C D E	49 - A B C D E	65 - A B C D E
02 - A B C D E	18 - A B C D E	34 - A B C D E	50 - A B C D E	66 - A B C D E
03 - A B C D E	19 - A B C D E	35 - A B C D E	51 - A B C D E	67 - A B C D E
04 - A B C D E	20 - A B C D E	36 - A B C D E	52 - A B C D E	68 - A B C D E
05 - A B C D E	21 - A B C D E	37 - A B C D E	53 - A B C D E	69 - A B C D E
06 - A B C D E	22 - A B C D E	38 - A B C D E	54 - A B C D E	70 - A B C D E
07 - A B C D E	23 - A B C D E	39 - A B C D E	55 - A B C D E	71 - A B C D E
08 - A B C D E	24 - A B C D E	40 - A B C D E	56 - A B C D E	72 - A B C D E
09 - A B C D E	25 - A B C D E	41 - A B C D E	57 - A B C D E	73 - A B C D E
10 - A B C D E	26 - A B C D E	42 - A B C D E	58 - A B C D E	74 - A B C D E
11 - A B C D E	27 - A B C D E	43 - A B C D E	59 - A B C D E	75 - A B C D E
12 - A B C D E	28 - A B C D E	44 - A B C D E	60 - A B C D E	76 - A B C D E
13 - A B C D E	29 - A B C D E	45 - A B C D E	61 - A B C D E	77 - A B C D E
14 - A B C D E	30 - A B C D E	46 - A B C D E	62 - A B C D E	78 - A B C D E
15 - A B C D E	31 - A B C D E	47 - A B C D E	63 - A B C D E	79 - A B C D E
16 - A B C D E	32 - A B C D E	48 - A B C D E	64 - A B C D E	80 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/k64H>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrizio Dutra*

1. Assinale a única alternativa que apresente uma oração subordinada adverbial concessiva.

- a) Um relato honesto se desenrola melhor se o fazem sem rodeios.
- b) Para se fazer entender, você precisa repetir uma mesma ideia até cansar. Por mais óbvia que seja.
- c) Sê breve em teus raciocínios, que a ninguém agrada seres longo.
- d) Quanto menos se fala, mais fácil fica de emendar.
- e) Quem não consegue explicar o que faz em 15 minutos é porque não sabe o que está fazendo.

2. Assinale a única alternativa que apresente problema com a norma culta.

- a) É preferível conhecer alguma coisa sobre tudo do que
 - a) tudo sobre apenas uma coisa.
 - b) Realizar é o princípio do conhecimento.
 - c) O que não se compreende, não se possui.
 - d) O que se desconhece não se deseja.
 - e) Quanto mais aumenta nosso conhecimento, mais evidente fica nossa ignorância.

3. Assinale a única alternativa que não se apresente na voz passiva

- a) O Brasil é governado por quatro poderes: executivo, legislativo, judiciário e aquisitivo.
- b) A cortesia nada custa e com ela muito se ganha.
- c) A cortesia é uma coisa excelente, porém com ela não se pagam as contas.
- d) No Brasil, não se pratica filantropia — se pratica pilantropia.
- e) Um só mestre de vícios, dizem, basta para que uma população se torne corrupta.

4. Um tipo de figura de retórica muito conhecido é a prosopopeia. Das seguintes frases, identifique a que exemplifica uma prosopopeia.

- a) A consciência, esse espelho traiçoeiro, devolveu-lhe uma imagem que ele preferia não reconhecer, polida demais para ser honesta.
- b) Sorriu com a gravidade de quem sabia que a virtude, quando exibida em excesso, costuma esconder pequenas corrupções domésticas.
- c) O elogio caiu-lhe aos ouvidos como moeda falsa: brilhante à primeira vista, inútil no fundo do bolso.
- d) Prometeu mudar de vida com a mesma convicção com que todos prometem antes de repetir o erro na semana seguinte.
- e) A ambição cochichava-lhe conselhos ao pé do ouvido, paciente e insistente, como velha conhecida que não aceita despedida.

5. Naquela noite úmida de março de 1867, a Rua do Salitre estava tomada por intensa movimentação. As Variedades e o Circo Price, iluminados pelos bicos de gás tremeluzentes ao vento, anunciavam uma noite de espetáculo destinada à alta sociedade. A casa estava cheia: diante da entrada, a multidão se comprimia em torno das bilheterias, formando um aglomerado inquieto e barulhento que se espalhava pela rua.

Sobre a sua tipologia textual, assinale a afirmativa correta.

- a) Texto narrativo que relata os acontecimentos de uma noite movimentada no circo.
- b) Texto informativo que apresenta fatos ocorridos numa noite de março.
- c) Texto publicitário que divulga atividades de um circo.
- d) Texto descritivo que retrata o cenário de uma noite agitada em torno de um circo.
- e) Texto injuntivo que sugere, de forma indireta, a ida ao circo.

6. “A ampliação do acesso à informação não garante, por si só, maior compreensão da realidade. Ao contrário, quando não acompanhada de critérios de análise, pode produzir confusão, superficialidade e falsas certezas.”

O método de raciocínio predominante no texto é:

- a) Dedutivo, pois parte de uma regra geral para explicar um caso particular.
- b) Indutivo, porque generaliza conclusões a partir de observações isoladas.
- c) Analógico, ao comparar explicitamente dois fenômenos distintos.
- d) Dialético, ao contrapor uma expectativa inicial a um efeito oposto.
- e) Enumerativo, ao listar consequências sem estabelecer relação lógica.

7. A crença de que a tecnologia, por si só, democratiza o conhecimento ignora um aspecto essencial do processo educativo: a mediação crítica. O simples acesso a plataformas digitais, conteúdos abundantes e ferramentas interativas não assegura aprendizagem significativa. Sem orientação, critérios de seleção e capacidade de reflexão, o excesso de informação tende a dispersar, superficializar e até distorcer a compreensão dos fatos. Assim, mais do que investir em recursos tecnológicos, é indispensável formar sujeitos capazes de pensar criticamente sobre aquilo que consomem.

A tese apresentada no texto é:

- a) A tecnologia ampliou de forma definitiva o acesso ao conhecimento nas sociedades contemporâneas.
- b) O excesso de informação disponível nas plataformas digitais compromete todo processo de aprendizagem.
- c) A mediação crítica é indispensável para que a tecnologia contribua efetivamente para a aprendizagem.
- d) As plataformas digitais devem substituir os métodos tradicionais de ensino.
- e) O investimento em recursos tecnológicos deve ser prioridade absoluta nas políticas educacionais.

8. A testemunha, homem experiente, declarou-se cansado de repetir os mesmos fatos diante do tribunal.

No texto acima ocorre:

- a) a silepse de número.
- b) a silepse de pessoa.
- c) a silepse de número e pessoa.
- d) a concordância por atração.
- e) a silepse de gênero

9. Assinale a alternativa em que ocorre participação do autor da frase.

- a) A maior virtude do homem é talvez a curiosidade.
- b) A curiosidade é, nas almas grandes e nobres, a primeira e última paixão.
- c) Nossa curiosidade é proporcional à nossa cultura.
- d) As coisas que as pessoas mais querem saber nunca são da conta delas.
- e) Nunca se farta o olho de olhar nem o ouvido.

10. Assinale a alternativa em que um termo ‘mesmo’ tem valor diferente dos demais.

- a) O mesmo aluno apresentou novamente a justificativa já analisada pela comissão.
- b) Amigo mesmo é aquele que não separa a briga, chega de voadora.
- c) A banca voltou a considerar o mesmo erro cometido por outros candidatos.
- d) Os avaliadores entrevistaram o mesmo candidato citado no recurso administrativo.
- e) A comissão rejeitou novamente a mesma justificativa analisada no processo inicial.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA*Renato da Costa*

11. Considere a planilha do Excel abaixo, utilizada por um setor administrativo para consulta de gratificações:

	A	B	C	D
1	(Matrícula)	(Nome)	(Cargo)	(Gratificação)
2	1001	Ana	Analista	1200
3	1002	Bruno	Técnico	800
4	1003	Carla	Analista	1200
5	1004	Diego	Coordenador	2000
6	1005	Elisa	Técnico	800

Na célula F2, foi digitada uma matrícula. Deseja-se, na célula G2, retornar o valor da gratificação correspondente. Caso a matrícula não exista, deve aparecer o texto "Matrícula inexistente".

Assinale a alternativa que apresenta a fórmula correta, utilizando a função PROCX.

- a) =PROCX(F2;A2:A6;D2:D6;"Matrícula inexistente")
b) =PROCX(A2:A6;F2;D2:D6;"Matrícula inexistente")
c) =PROCX(F2;D2:D6;A2:A6;"Matrícula inexistente")
d) =PROCV(F2;A2:D6;4;FALSO;"Matrícula inexistente")
e) =PROCX(F2;A2:D6;4;"Matrícula inexistente")

12. Um analista de um órgão público utiliza o Microsoft Excel para organizar uma planilha de controle de servidores, contendo, entre outras, as colunas Nome, Setor, Situação (Ativo/Inativo) e Pontuação. Ele deseja implementar as seguintes funcionalidades:

- destacar automaticamente, em cores, os servidores com pontuação abaixo de 60;
- permitir que o usuário visualize apenas os registros de um determinado setor;
- restringir o preenchimento da coluna Situação apenas aos valores "Ativo" ou "Inativo".

Considerando os recursos do Excel, assinale a alternativa que associa corretamente cada necessidade à sua respectiva funcionalidade.

- a) Pontuação abaixo de 60 → Validação de Dados; visualizar apenas um setor → Formatação Condicional; restringir valores da Situação → Filtro.
b) Pontuação abaixo de 60 → Filtro; visualizar apenas um setor → Validação de Dados; restringir valores da Situação → Formatação Condicional.
c) Pontuação abaixo de 60 → Formatação Condicional; visualizar apenas um setor → Filtro; restringir valores da Situação → Validação de Dados.
d) Pontuação abaixo de 60 → Validação de Dados; visualizar apenas um setor → Filtro; restringir valores da Situação → Formatação Condicional.
e) Pontuação abaixo de 60 → Filtro; visualizar apenas um setor → Formatação Condicional; restringir valores da Situação → Validação de Dados.

13. Um analista de TI de um órgão público estava organizando documentos no Windows e tentou criar alguns arquivos por meio do Explorador de Arquivos. No entanto, alguns nomes não puderam ser aceitos pelo sistema operacional, pois violavam regras de nomenclatura de arquivos do Windows.

Considerando as restrições impostas pelo Windows para nomes de arquivos e pastas, assinale a alternativa que apresenta um nome de arquivo inválido.

- a) relatorio_final_2026.docx
b) dados.servidores.v1.xlsx
c) controle<financeiro>.pdf
d) backup-janeiro-2026.zip
e) oficio 12_2026.txt

14. Durante a elaboração de um relatório extenso no Microsoft Word, um servidor deseja que, ao clicar em uma palavra no texto, o leitor seja levado automaticamente para um título específico localizado em outra parte do documento, facilitando a navegação interna.

O requisito principal é que o link seja criado para um elemento do próprio documento, sem necessidade de páginas externas ou endereços da internet.

Assinale a alternativa que indica o recurso mais adequado para atender a essa finalidade.

- a) Inserção de nota de rodapé.
- b) Criação de sumário automático.
- c) Utilização do recurso Referência cruzada, marcando a opção de inserção como hiperlink.
- d) Inserção de quebra de seção contínua.
- e) Uso da ferramenta Controlar Alterações.

15. Durante o desenvolvimento de um sistema interno, um analista precisou documentar a estrutura de um endereço web utilizado para acesso a um serviço da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Foi apresentado o seguinte endereço fictício:

<https://www.aleri.rj.gov.br:8443/portal/servicos/consulta?id=125&tipo=oficio#resultado>

Considerando a estrutura de uma URL, assinale a alternativa que identifica corretamente todos os seus principais componentes.

- a)
Protocolo: https
Domínio: www.aleri.rj.gov.br
Porta: 8443
Caminho: /portal/servicos/consulta
Consulta (query string): id=125&tipo=oficio
Fragmento: resultado
- b)
Protocolo: www
Domínio: aleri

Porta: rj.gov.br

Caminho: https://portal/servicos

Consulta: 8443

Fragmento: resultado

c)

Protocolo: https

Domínio: aleri.rj.gov.br

Porta: /portal

Caminho: 8443/servicos

Consulta: id=125

Fragmento: tipo=oficio#resultado

d)

Protocolo: https

Domínio: www.aleri.rj.gov.br

Porta: resultado

Caminho: /portal/servicos/consulta

Consulta: id=125&tipo=oficio

Fragmento: 8443

e)

Protocolo: www.aleri.rj.gov.br

Domínio: https

Porta: 8443

Caminho: /portal

Consulta: servicos/consulta?id=125

Fragmento: tipo=oficio#resultado

16. Um órgão público está avaliando o uso de Inteligência Artificial Generativa (IA generativa) para apoiar atividades como redação inicial de relatórios, criação de resumos automáticos, geração de imagens institucionais e apoio à programação. No estudo técnico, destacou-se que esse tipo de IA se diferencia de abordagens tradicionais por produzir novos conteúdos, em vez de apenas classificar ou prever rótulos.

Considerando os conceitos de IA generativa, assinale a alternativa correta.

- a) IA generativa limita-se à execução de regras previamente programadas, sem empregar modelos estatísticos treinados em grandes volumes de dados.
- b) IA generativa tem como principal objetivo a classificação de dados rotulados, não sendo capaz de criar novos textos, imagens ou sons.
- c) IA generativa baseia-se em modelos capazes de aprender padrões a partir de grandes conjuntos de dados e gerar novos conteúdos, como textos, imagens, músicas ou códigos, de forma probabilística.
- d) IA generativa é composta exclusivamente por sistemas especialistas simbólicos, sem uso de redes neurais ou modelos de linguagem.
- e) IA generativa produz sempre resultados determinísticos, idênticos para a mesma entrada, não envolvendo processos estocásticos.

17. Um setor de planejamento de um órgão público está elaborando um relatório gerencial com diferentes objetivos de visualização de dados, conforme descrito a seguir:

- I. Comparar quantidades entre categorias distintas (por exemplo, número de processos por setor).
- II. Analisar a evolução de um indicador ao longo do tempo (por exemplo, despesas mensais).
- III. Apresentar a participação percentual de cada categoria em um total (por exemplo, distribuição do orçamento).

IV. Avaliar a distribuição e dispersão de valores, destacando mediana, quartis e possíveis outliers.

Considerando as boas práticas de visualização e análise de dados, assinale a alternativa que associa corretamente cada objetivo ao tipo de gráfico mais adequado.

- a) I – gráfico de linhas; II – gráfico de pizza; III – histograma; IV – gráfico de barras.
- b) I – gráfico de barras; II – gráfico de linhas; III – gráfico de pizza; IV – boxplot (diagrama de caixa).
- c) I – histograma; II – gráfico de colunas; III – boxplot; IV – gráfico de pizza.
- d) I – gráfico de setores; II – histograma; III – gráfico de linhas; IV – gráfico de colunas.
- e) I – boxplot; II – gráfico de barras; III – histograma; IV – gráfico de pizza.

18. Durante a edição de um relatório no Microsoft Word, um servidor deseja aplicar rapidamente alguns comandos por meio de atalhos de teclado. Considere as ações a seguir:

- I. Salvar o documento.
- II. Selecionar todo o conteúdo do documento.
- III. Aplicar negrito ao texto selecionado.
- IV. Localizar uma palavra no documento.

Assinale a alternativa que apresenta a associação correta entre ação e atalho, respectivamente.

- a) I – Ctrl + N; II – Ctrl + T; III – Ctrl + I; IV – Ctrl + F
- b) I – Ctrl + B; II – Ctrl + A; III – Ctrl + N; IV – Ctrl + L
- c) I – Ctrl + S; II – Ctrl + T; III – Ctrl + B; IV – Ctrl + P
- d) I – Ctrl + B; II – Ctrl + T; III – Ctrl + N; IV – Ctrl + L
- e) I – Ctrl + Shift + S; II – Ctrl + L; III – Ctrl + U; IV – Ctrl + H

19. Um servidor de um órgão público está elaborando uma apresentação institucional no Microsoft PowerPoint e precisa garantir que todos os slides sigam o mesmo padrão visual, incluindo logotipo no rodapé, fonte padronizada, cores institucionais e posição fixa de títulos. Além disso, ele deseja que futuras alterações nesse padrão sejam refletidas automaticamente em todos os slides da apresentação.

Considerando os recursos do PowerPoint, assinale a alternativa correta.

- a) As alterações devem ser feitas individualmente em cada slide, pois o PowerPoint não possui recurso centralizado para controle de layout e formatação.
- b) O recurso Slide Mestre permite definir elementos visuais e formatações globais que se aplicam aos slides vinculados, facilitando a padronização e a atualização automática.
- c) O Slide Mestre serve apenas para controlar animações e transições, não afetando cores, fontes ou objetos gráficos.
- d) O uso do Slide Mestre elimina a possibilidade de personalizar slides específicos, pois todos ficam permanentemente bloqueados ao mesmo formato.
- e) O Slide Mestre é utilizado exclusivamente para criar o sumário automático da apresentação.

20. Um órgão público passou a utilizar ferramentas de Inteligência Artificial para apoiar atividades como triagem de requerimentos, análise preliminar de documentos e elaboração de minutas. Durante a implantação, a comissão responsável destacou a necessidade de observância de princípios éticos, a fim de evitar riscos como discriminação, falta de transparência e uso indevido de dados.

Considerando boas práticas éticas no uso da IA, assinale a alternativa correta.

- a) Sistemas de IA, uma vez treinados, são intrinsecamente imparciais, dispensando monitoramento humano.

b) A adoção de IA em órgãos públicos autoriza automaticamente o uso irrestrito de dados pessoais, independentemente de finalidade ou consentimento.

c) O uso ético da IA envolve princípios como transparência, responsabilidade, proteção de dados, mitigação de vieses e supervisão humana.

d) A ética em IA limita-se à eficiência computacional dos algoritmos, não se relacionando a impactos sociais ou direitos fundamentais.

e) Para garantir neutralidade, recomenda-se impedir qualquer explicação sobre o funcionamento dos sistemas de IA ao usuário final.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

21. Durante uma perseguição policial a um veículo em fuga, um dos disparos de arma de fogo efetuado por um agente de segurança pública atingiu e feriu gravemente um pedestre que transitava pela calçada, sem qualquer envolvimento com o crime. A família da vítima pretende buscar reparação do Estado pelos danos sofridos. De acordo com a Constituição Federal e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a responsabilidade civil do Estado, nesse caso, é:

- a) Subjetiva, dependendo da comprovação de dolo ou culpa do agente policial.
- b) Objetiva, sob a modalidade do risco administrativo, exigindo apenas a demonstração do dano e do nexo causal entre este e a conduta estatal.
- c) Inexistente, pois o agente agiu em estrito cumprimento do dever legal, uma excludente de responsabilidade.
- d) Subsidiária, devendo a vítima primeiro acionar judicialmente o agente policial para depois, em caso de insolvência, acionar o Estado.
- e) Objetiva, sob a modalidade do risco integral, não admitindo qualquer excludente de nexo causal.

22. Um Prefeito Municipal, com base em seu poder discricionário, nomeou um cidadão para o cargo em comissão de Secretário de Obras. O ato de nomeação, devidamente publicado, continha todos os elementos necessários: agente competente, finalidade pública, forma prescrita em lei, motivo congruente e objeto lícito. Em relação aos atributos do ato administrativo, essa nomeação:

- a) Goza de presunção de legitimidade e veracidade, mas não possui autoexecutoriedade.
- b) É um ato com imperatividade, mas sem presunção de legitimidade até que seja validado pelo Legislativo.
- c) Possui exigibilidade, mas sua eficácia depende de homologação judicial.
- d) Não possui tipicidade, pois é um ato discricionário.
- e) Goza de autoexecutoriedade, impondo ao nomeado sua posse obrigatória.

23. Durante a execução de um contrato de obra pública, foi constatada a necessidade de modificar o projeto original para melhor adequação técnica. A alteração implicaria um acréscimo de 30% no valor inicial atualizado do contrato. O fiscal do contrato questionou a legalidade desse acréscimo. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, essa alteração contratual é:

- a) Permitida, pois os acréscimos em contratos de obra podem chegar a 50% do valor inicial.
- b) Permitida, desde que haja concordância do contratado, pois o limite para acréscimos é de 25% para obras, mas pode ser expandido por acordo.
- c) Permitida, pois a lei não estabelece limites percentuais para alterações qualitativas, apenas para as quantitativas.
- d) Vedada, pois o limite máximo para acréscimos em contratos de obra é de 25% do valor inicial atualizado.
- e) Vedada, pois qualquer alteração que modifique o valor do contrato exige a realização de uma nova licitação.

24. Um hospital público necessita contratar, de forma contínua, diversos laboratórios para a realização de exames clínicos complexos, pois não possui estrutura para atender toda a demanda. O hospital pretende que todos os laboratórios que atendam aos requisitos mínimos de qualificação possam ser contratados pela tabela de preços definida pelo poder público. O procedimento auxiliar de licitação adequado para essa situação é:

- a) Pré-qualificação.
- b) Credenciamento.
- c) Procedimento de manifestação de interesse.
- d) Sistema de registro de preços.
- e) Leilão reverso.

25. Um fiscal municipal, no exercício regular de sua função, adentra um estabelecimento comercial aberto ao público para verificar o alvará de funcionamento e as condições de segurança. O proprietário do estabelecimento se opõe à fiscalização, alegando violação de propriedade. A prerrogativa que permite ao fiscal realizar tal inspeção, mesmo sem autorização judicial e contra a vontade do proprietário, deriva diretamente do:

- a) Poder hierárquico.
- b) Poder disciplinar.
- c) Poder regulamentar.
- d) Poder de polícia.
- e) Poder vinculado.

26. Um servidor público responsável pelo setor de compras de um órgão federal recebeu, de um empresário, um veículo de luxo como "presente" para agilizar a liberação de pagamentos devidos à empresa por um contrato já executado. O servidor, de fato, utilizou sua influência para acelerar os trâmites internos, que ocorreram em conformidade com a lei, apenas de forma mais célere. A conduta do servidor caracteriza ato de improbidade administrativa:

- a) Que atenta contra os princípios, pois violou o dever de imparcialidade, mas sem enriquecimento ilícito, pois o presente foi uma doação.
- b) Que causa prejuízo ao erário, pois a aceleração do pagamento pode ter gerado custos de oportunidade para a Administração.
- c) Que importa enriquecimento ilícito, consistente em receber vantagem econômica indevida para facilitar ato da administração.
- d) Atípica, pois não houve prejuízo ao erário e o ato praticado (liberação do pagamento) era lícito e devido.
- e) Que só poderia ser punida na esfera penal por corrupção passiva, não na de improbidade.

27. Um empresário, proprietário de uma construtora, induziu dolosamente um fiscal de obras de um município a aprovar a medição de uma etapa da obra que não havia sido concluída, prometendo-lhe uma vantagem futura. O fiscal, concordando, atestou falsamente a conclusão, gerando um pagamento indevido à construtora e, consequentemente, prejuízo ao erário. Na ação de improbidade administrativa, o empresário:

- a) Não pode ser réu, pois a ação se destina apenas a agentes públicos.
- b) Pode ser réu, pois a lei estende suas disposições àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para o ato.
- c) Responde apenas pelo ressarcimento do dano, mas não pelas outras sanções, que são exclusivas de agentes públicos.

d) Só pode ser réu se for sócio-gerente da empresa, não apenas proprietário.

e) Responde na esfera criminal por corrupção, mas não na de improbidade, por ser um particular.

28. Gilnara, estudando sobre as características dos órgãos públicos, afirmou corretamente que:

- a) Possuem personalidade jurídica própria, podendo celebrar contratos em nome próprio.
- b) São centros de competência despersonalizados resultantes da desconcentração, podendo se fazer presentes na administração direta ou na indireta.
- c) Detêm autonomia política para legislar sobre matérias de sua competência.
- d) Em regra, possuem capacidade processual plena para figurar em qualquer polo de ação judicial.
- e) Integram exclusivamente a estrutura da administração direta.

29. A sociedade empresária Alfa, concessionária responsável pelo serviço de transporte público rodoviário intermunicipal, tem recebido constantes reclamações dos usuários sobre a superlotação dos veículos e o descumprimento dos horários. A agência reguladora responsável notificou a empresa, alegando que tais falhas configuram a prestação de serviço inadequado. De acordo com a Lei nº 8.987/1995, um serviço é considerado adequado quando satisfaz, entre outras, as condições de:

- a) previsibilidade, cortesia na prestação e modicidade das tarifas.
- b) Universalidade, gratuidade e eficiência.
- c) Continuidade, eficiência e segurança.
- d) Pessoalidade, discricionariedade e regularidade.
- e) Lucratividade para o concessionário, conforto e pontualidade.

30. A respeito do Controle da Administração, considere:

- I – O controle externo, a cargo dos Tribunais de Contas, deve ser exercido mediante auxílio do poder legislativo de cada ente.
- II – O controle realizado pelo Senado Federal quanto à escolha de autoridades pelo Presidente, popularmente denominada “sabatina de autoridades”, é classificado como controle parlamentar direto de natureza política.
- III – O julgamento, pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, das contas dos responsáveis por dinheiros públicos caracteriza controle parlamentar indireto.

Sobre o controle da administração pública, está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) III, apenas.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Fábio Ramos

31. Tibério é brasileiro naturalizado, mas um grande admirador de culturas de outros países. Com 33 anos de idade decidiu que iria se desprender do seu passado e viver em outro país. Com o calor da emoção também decidiu renunciar à única nacionalidade que possuía, a brasileira, o que, ao seu ver, facilitaria a obtenção de uma outra nacionalidade.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- a) Tibério em nenhuma hipótese poderia renunciar a nacionalidade, por se tratar de direito indisponível.
- b) seria possível que Tibério renunciasse à nacionalidade, desde que tivesse pelo menos 3 nacionalidades.

c) seria possível que Tibério renunciasse à nacionalidade, desde que tivesse pelo menos 2 nacionalidades.

d) Nesse cenário atual, não conseguindo renunciar a nacionalidade, Tibério poderia ser candidato a presidência da república.

e) Nesse cenário atual, não conseguindo renunciar a nacionalidade, Tibério não poderia ser candidato a Governador.

32. Com base no artigo 66 da Constituição Estadual do RJ, avalie as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F) quanto aos símbolos do estado.

() bandeira.

() hino.

() selos.

() brasão.

As afirmativas são, na ordem apresentada:

a) V – V – V – V.

b) V – V – V – F.

c) V – V – F – V.

d) V – F – F – V.

e) V – F – V – V.

33. A partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, uma importante mudança no nosso ordenamento jurídico aconteceu. Tibério, analisando a constituição, chegou à seguinte conclusão correta sobre tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

- a) sempre terão a natureza jurídica de lei ordinária, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo.
- b) Podem ter a natureza jurídica de normas supraleais, se integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna do país.
- c) podem ter a natureza jurídica de norma constitucional derivada, caso sua aprovação aconteça nas duas casas do Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável da unanimidade dos respectivos membros.
- d) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-los com observância do processo legislativo ordinário.
- e) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros.

34. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e da administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

A aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por:

- a) partido político que elegeu apenas um deputado estadual.

- b) os Conselhos Federais de órgãos de classe profissional.
- c) confederação sindical ou entidade de classe de âmbito regional.
- d) Assembleia Legislativa do RJ.
- e) o Procurador-Geral de Justiça.

35. Tibruço, analisando a constituição federal, viu que por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004, a reforma do Judiciário instituiu o Conselho Nacional de Justiça, que tem composição plural, assim como o Conselho Nacional do Ministério Público. Lendo o texto, Tibruço ficou com dúvida e foi perguntar ao professor experiente no mundo dos concursos. O referido professor respondeu corretamente, à luz do texto constitucional, que:

- a) O presidente do CNJ não será obrigatoriamente um brasileiro nato.
- b) Todos os membros do CNJ e do CNMP que cometerem crime de responsabilidade serão julgados pelo Senado federal.
- c) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 14 membros com mandato de 2 anos, admitida 1 recondução, e será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- d) Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa, jurisdicional e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
- e) Terá na sua composição membros da justiça eleitoral.

36. O Tribunal de Justiça do RJ encaminhou ao Chefe do Poder Executivo a sua proposta orçamentária anual, a qual foi devolvida sob o argumento de equívoco no destinatário e na ausência de legitimidade do Tribunal para elaborá-la, e ainda que a proposta foi encaminhada em desacordo com os limites do poder executivo que não poderia jamais ajustar os valores.

Clóvis, estudioso do direito, analisou a narrativa acima e usando a sistemática constitucional, chegou à seguinte conclusão sobre o entendimento do Chefe do Poder Executivo que está:

- a) totalmente equivocado, pois o Poder Judiciário, em razão de sua autonomia, deve elaborar a sua proposta orçamentária e encaminhá-la ao Poder Executivo e pode ajustar os valores caso esteja em desacordo.
- b) totalmente certo, pois a proposta orçamentária é elaborada pelo Poder Executivo, responsável pela arrecadação tributária, e deve ser encaminhada ao Poder Legislativo.
- c) parcialmente certo, pois o Poder Judiciário tem legitimidade para elaborar a sua proposta orçamentária, mas deve encaminhá-la ao Poder Legislativo.
- d) parcialmente certo, pois o Poder Judiciário tem legitimidade para elaborar a sua proposta orçamentária, mas deve encaminhá-la ao Conselho Nacional de Justiça.
- e) parcialmente certo, pois, apesar de o Poder Judiciário não ter legitimidade para elaborar a sua proposta orçamentária, a análise inicial é feita pelo Poder Executivo.

37. Tibério, deputado federal eleito pelo Rio de Janeiro, após completar 24 anos de idade, caminhou do Rio até Brasília para protestar. Ele percebeu que o Presidente da República iria praticar um ato que lesaria o patrimônio público de sua cidade. À luz da sistemática constitucional afeta aos direitos e garantias fundamentais, Tibério poderá ajuizar

- a) ação popular que será julgada pelo STF, podendo ser proposta no estado onde ele se encontra (Brasília).
- b) ação civil pública que será julgada pelo STF.
- c) ação popular que será julgada pelo juiz federal.
- d) ação popular que será julgada pelo STF, mas deverá ser proposta no estado onde ele reside.
- e) ação popular que será julgada pelo STJ.

38. Determinada causa foi endereçada ao Tribunal Superior Eleitoral. Esse Tribunal, ao apreciá-la, entendeu que a competência para processar e julgar a causa seria do Superior Tribunal de Justiça. Como esse último Tribunal entendeu que também não seria competente, suscitou conflito negativo de competência. À luz da sistemática constitucional, esse conflito deve ser apreciado pelo:

- a) Supremo Tribunal Federal.
- b) Superior Tribunal de Justiça.
- c) Conselho Nacional de Justiça.
- d) Tribunal Superior do Trabalho.
- e) Tribunal Federal de Recursos.

39. O Estado Beta editou a Lei nº X em matéria de competência legislativa concorrente com a União, que deveria ser aplicada pelos órgãos do Estado. No momento da edição desse diploma normativo, este último ente federativo ainda não tinha incursionado na respectiva temática. Ocorre que, em momento posterior, a União editou a Lei nº Y, dispondo sobre a temática, em âmbito nacional, em sentido oposto ao da Lei nº X.

Nesse caso, é correto afirmar que a

- a) Lei nº Y é inconstitucional.
- b) Lei nº X é inconstitucional.
- c) Lei nº X foi revogada pela Lei nº Y.
- d) Lei nº X deve ter apenas sua aplicação suspensa.
- e) Lei nº X deve continuar a ser aplicada em Alfa.

40. Após a obtenção de sua independência em relação ao país Delta, as lideranças políticas do país Beta iniciaram tratativas com o objetivo de elaborar sua primeira Constituição. Com esse objetivo, definiram que seria convocada uma Assembleia Nacional Constituinte.

Nessa situação, é correto afirmar que tem como característica esse poder constituinte de ser

- a) extrajurídico.
- b) de direito.
- c) derivado.
- d) decorrente.
- e) pós-fundacional.

**CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO
SERVIDOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO (DECRETO Nº 43.583/2012) E
ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS
(DECRETO-LEI Nº 220/1975) E SEU
REGULAMENTO (DECRETO Nº 2.479/1979)**

Tiago Zanolla

41. João é servidor público efetivo do Estado do Rio de Janeiro e foi nomeado para exercer um cargo em comissão na Administração Direta. Ao assumir a nova função, surgiram dúvidas quanto à sua remuneração, aos reflexos previdenciários e à relação com o cargo efetivo que ocupa.

Com base no Decreto nº 2.479/1979, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O servidor efetivo nomeado para cargo em comissão é obrigado a perceber exclusivamente o vencimento do cargo em comissão, perdendo temporariamente o adicional por tempo de serviço.
- b) O servidor efetivo pode optar entre o vencimento do cargo em comissão ou a remuneração do cargo efetivo acrescida de gratificação de 70%, sem prejuízo do adicional por tempo de serviço calculado sobre o cargo efetivo.
- c) O servidor contratado que assume cargo em comissão poderá optar pelo regime remuneratório

mais vantajoso, nos mesmos moldes do servidor efetivo.

- d) O servidor inativo, quando provido em cargo em comissão, deverá optar entre o provento da aposentadoria ou o vencimento do cargo em comissão.
- e) A posse em cargo em comissão não implica afastamento do cargo efetivo, salvo se houver vedação expressa da autoridade competente.

42. Carlos é funcionário público estadual e, ao longo do ano, passou por diferentes situações funcionais: respondeu a processo disciplinar, sofreu atrasos no expediente e também teve faltas injustificadas. Diante disso, a Administração passou a efetuar descontos em sua remuneração.

Com base no Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis, assinale a alternativa CORRETA quanto à hipótese de desconto aplicada ao servidor.

- a) No cumprimento de pena privativa de liberdade, sem perda do cargo, o servidor deixará de receber dois terços do vencimento e das vantagens enquanto durar a pena.
- b) Durante o afastamento por suspensão preventiva ou recolhimento à prisão por ordem judicial, ainda que não haja condenação definitiva, o servidor deixará de receber integralmente o vencimento e as vantagens, sem direito à restituição futura.
- c) O servidor que faltar ao serviço em um dia específico terá descontado apenas um terço do vencimento e das vantagens correspondentes àquele dia.
- d) Caso o servidor compareça ao serviço após 60 minutos do início do expediente ou se ausente, sem autorização, por mais de 60 minutos, sofrerá desconto de um terço do vencimento e das vantagens do dia.
- e) O servidor que chegar ao serviço dentro dos 60 minutos seguintes ao início do expediente ou se ausentar, sem autorização, por período inferior a 60 minutos, perderá a totalidade do vencimento e das vantagens do dia.

43. Com base no Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 2.479/1979), acerca das penalidades disciplinares aplicáveis aos servidores públicos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A advertência é aplicada por escrito nos casos de negligência, devendo ser registrada nos assentamentos funcionais do servidor.
- b) A repreensão é aplicada verbalmente em casos de desobediência ou reincidência em falta anteriormente punida com advertência.
- c) A suspensão será aplicada nos casos de falta grave, desrespeito a proibições que não ensejem demissão ou reincidência em falta já punida com repreensão.
- d) A destituição de função somente pode ser aplicada quando o servidor for reincidente em falta grave punida com suspensão.
- e) Apenas as penas de suspensão e destituição de função devem ser registradas nos assentamentos funcionais do servidor.

44. De acordo com o Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 43.583), considera-se servidor público, para fins éticos, aquele que:

- a) Exerce cargo público efetivo ou em comissão, desde que perceba remuneração e possua vínculo permanente com a Administração Direta.
- b) Presta serviços exclusivamente à Administração Direta do Estado, mediante vínculo estatutário, ainda que sem remuneração.
- c) Presta serviços à Administração Pública direta ou indireta apenas quando houver contrato formal e remuneração previamente fixada.
- d) Presta serviços, por força de lei, contrato ou qualquer ato jurídico, de forma permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem remuneração, em órgãos ou entidades onde prevaleça o interesse estatal.

e) Atua exclusivamente em empresas públicas e sociedades de economia mista, desde que contratado sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

45. À luz das vedações impostas ao servidor público pelo Código de Ética do Servidor Público, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É admitido ao servidor utilizar informações obtidas no exercício do cargo em benefício de terceiros, desde que não haja vantagem econômica direta para si.
- b) O servidor pode solicitar vantagem de qualquer espécie, desde que destinada a terceiro e vinculada ao interesse público.
- c) É vedado ao servidor utilizar o cargo para obter favorecimento, ainda que o benefício não seja destinado a si próprio.
- d) O servidor somente incorre em infração ética se alterar documento público com a finalidade de obter vantagem financeira.
- e) A conduta de dificultar o exercício regular de direito de terceiros somente configura infração ética se causar dano material, não sendo relevante o dano moral.

**REGIMENTO INTERNO DA ALERJ
(RESOLUÇÃO Nº 810/1997). PLANO DE
CARREIRA (RESOLUÇÃO Nº 590/1994)***Emerson Bruno*

46. Com base nas disposições do Regimento Interno acerca das sessões legislativas da Assembleia Legislativa, assinale a alternativa correta.

- a) As sessões legislativas ordinárias ocorrem exclusivamente entre 1º de fevereiro e 30 de junho, sendo as reuniões realizadas no segundo semestre sempre de natureza extraordinária.
- b) As sessões legislativas extraordinárias independem de convocação formal, podendo ocorrer automaticamente fora do período ordinário.
- c) A primeira, a segunda e a terceira sessões legislativas ordinárias de cada legislatura são precedidas de sessões preparatórias.
- d) As reuniões previstas para as sessões legislativas ordinárias, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados, são canceladas e deverão ser redesignadas por ato da Mesa Diretora.
- e) As sessões legislativas ordinárias realizam-se de 1º de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 31 de dezembro, sendo que a primeira e a terceira são precedidas de sessões preparatórias, e as reuniões que coincidirem com sábados, domingos ou feriados são transferidas para o primeiro dia útil subsequente.

47. À luz das disposições regimentais relativas à diplomação, posse e sessão preparatória dos Deputados Estaduais, assinale a alternativa correta.

- a) O candidato diplomado a Deputado Estadual deverá apresentar à Mesa Diretora, exclusivamente de forma pessoal, até o dia 1º de fevereiro do ano da instalação da legislatura, o diploma expedido pela Justiça Eleitoral.
- b) Compete à Mesa Diretora organizar a relação dos Deputados diplomados, devendo tal relação ser concluída após a instalação da sessão de posse.
- c) As declarações de bens apresentadas no ato da posse deverão ser renovadas antes da primeira e da terceira sessões legislativas de cada legislatura.

d) A sessão preparatória dos Deputados Estaduais diplomados ocorrerá às quinze horas do dia 1º de fevereiro do primeiro ano da legislatura, sendo dirigida, preferencialmente, pelo último Presidente reeleito Deputado.

e) Na ausência do último Presidente reeleito, a direção da sessão preparatória caberá ao Deputado mais idoso, independentemente do número de legislaturas exercidas.

48. Conforme o Regimento Interno, no que se refere ao prazo para a posse dos Deputados Estaduais e ao compromisso regimental, assinale a alternativa correta.

- a) A posse deverá ocorrer no prazo máximo de trinta dias, improrrogável, contado da diplomação, em qualquer hipótese.
- b) Em caso de convocação de suplente, o prazo para posse será contado da diplomação, sendo sempre exigida a renovação do compromisso.
- c) Salvo motivo de força maior ou enfermidade devidamente comprovada, a posse deverá ocorrer no prazo de trinta dias, prorrogável por igual período, contado da primeira sessão preparatória, da diplomação ou da ocorrência do fato que a ensejar, conforme o caso.
- d) O suplente de Deputado está dispensado de prestar compromisso apenas quando assumir o mandato durante a mesma sessão legislativa em que já o tenha feito.
- e) A prorrogação do prazo para posse depende de iniciativa da Mesa Diretora, não sendo admitido requerimento do interessado.

49. À luz do Regimento Interno, no que se refere à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, assinale a alternativa correta.

- a) A Mesa Diretora é órgão singular, competindo ao Presidente, de forma exclusiva, a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Assembleia.
- b) A Mesa Diretora delibera por unanimidade de seus membros e é composta exclusivamente por parlamentares com direito a voto, na condição de membros efetivos ou suplentes.
- c) A Mesa Diretora é composta por um Presidente, quatro Vice-Presidentes, quatro Secretários e quatro vogais, todos efetivos e com direito a voto, reunindo-se ordinariamente uma vez por semana e, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou por sete de seus membros efetivos.
- d) O membro da Mesa Diretora que deixar de comparecer a quatro reuniões consecutivas perderá automaticamente o lugar, independentemente da existência de causa justificadora.
- e) Compete à Mesa Diretora exclusivamente decidir sobre requerimentos de licença dos Deputados, vedada a manifestação sobre quaisquer outros temas regimentais.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rodrigo Bet

50. Com base nos dispositivos da Constituição do Estado do Rio de Janeiro (CE/RJ), analise as afirmativas a seguir:

- I. Compete privativamente à Assembleia Legislativa autorizar o Governador a ausentar-se do Estado por mais de 10 dias, desde que a saída seja do território nacional.
- II. Compete privativamente à Assembleia Legislativa julgar anualmente as contas do Governador, apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo e proceder à tomada de contas quando não apresentadas no prazo constitucional.
- III. A convocação extraordinária da Assembleia Legislativa pode ocorrer a requerimento do Governador do Estado, pelo Presidente da Assembleia Legislativa ou a requerimento da maioria dos seus membros, em caso de urgência ou interesse público relevante.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.
- d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- e) As afirmativas I, II e III estão corretas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**SERVIÇO SOCIAL***Júlia Branco*

51. À luz do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, a natureza do direito fundamental à informação, tal como estruturada nos artigos iniciais do documento, impõe limites e deveres específicos à atuação profissional. Considerando esse arcabouço normativo, assinale a alternativa correta.

- a) O direito à informação, por se constituir em fundamento do Código, autoriza o jornalista a relativizar a veracidade dos fatos quando a divulgação atender a relevante interesse coletivo.
- b) A liberdade de imprensa, enquanto pressuposto do exercício do jornalismo, exime o profissional de responsabilidade social quando a informação divulgada decorre de fonte oficialmente constituída.
- c) O compromisso com a verdade no relato dos fatos impõe ao jornalista o dever de divulgar informações de interesse público, ainda que isso implique risco à integridade das fontes envolvidas.
- d) A prestação de informações por organizações públicas e privadas constitui obrigação social, o que afasta a possibilidade de obstrução indireta ao acesso à informação de interesse público.
- e) A linha política dos proprietários dos meios de comunicação pode justificar restrições editoriais à divulgação de informações, desde que não haja censura formal

52. O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros estabelece, simultaneamente, direitos e deveres que estruturam a atuação profissional. Assinale a alternativa correta.

- a) O compromisso fundamental com a verdade autoriza o jornalista a divulgar informações não integralmente verificadas em situações de urgência noticiosa.
- b) O direito ao sigilo da fonte constitui prerrogativa absoluta do jornalista, devendo ser exercido obrigatoriamente em todas as circunstâncias.
- c) A natureza social da profissão impõe ao jornalista o dever de respeitar valores éticos, ainda que isso limite sua liberdade de expressão.
- d) O dever de combater a corrupção permite ao jornalista flexibilizar os procedimentos de apuração quando houver indícios relevantes.
- e) A defesa do livre exercício da profissão afasta a obrigação de respeitar entidades representativas da categoria

53. No que se refere às vedações éticas impostas ao jornalista, conforme o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, assinale a alternativa correta.

- a) É vedado ao jornalista divulgar informações obtidas por meios irregulares, ainda que se trate de caso de incontestável interesse público.
- b) A divulgação de informações de caráter sensacionalista é admitida quando contribui para o engajamento social em temas relevantes.
- c) O jornalista pode realizar cobertura sobre organização da qual seja assessor, desde que declare previamente o conflito de interesses.
- d) É vedado ao jornalista valer-se de sua condição profissional para obter vantagens pessoais.
- e) A responsabilidade por publicações não recai sobre o editor quando ele participou diretamente da produção do conteúdo

54. À luz dos Princípios Fundamentais do Código de Ética dos Profissionais de Relações Públicas, analise a atuação de determinado profissional que, embora formalmente habilitado e regularmente registrado, adota práticas comunicacionais que, de modo deliberado, restringem a circulação de informações relevantes sob o argumento de preservação estratégica da imagem institucional. Considerando a literalidade e a teleologia do Código, tal conduta:

- a) é admissível, desde que a restrição informacional decorra de orientação superior e não viole diretamente norma legal.
- b) encontra amparo ético se estiver alinhada à filosofia organizacional e aos interesses do empregador.
- c) contraria o Código, por afrontar o dever de criação de estruturas comunicacionais que favoreçam o diálogo e a livre circulação de informações.
- d) é vedada apenas quando caracterizada como disseminação de informação falsa ou enganosa.
- e) revela infração ética apenas se implicar prejuízo comprovado à sociedade

55. No que se refere aos deveres fundamentais do profissional de Relações Públicas, assinale a alternativa que expressa interpretação compatível com o Código de Ética, considerando a lógica normativa adotada pelo documento.

- a) O profissional deve assumir todas as demandas institucionais que lhe forem atribuídas, ainda que extrapolem sua área de domínio técnico, como forma de demonstrar comprometimento organizacional.
- b) A responsabilidade profissional implica aceitar tarefas apenas quando houver plena capacitação técnica, reconhecendo limitações e renunciando a trabalhos potencialmente prejudiciais.
- c) O dever de eficiência refere-se à obtenção de resultados mensuráveis, independentemente dos meios empregados.

d) A colaboração com cursos de formação é facultativa e restrita a profissionais em início de carreira.

e) A atualização profissional constitui recomendação ética, mas não um dever estruturante

56. No tocante às relações do profissional de Relações Públicas com o empregador, o Código de Ética estabelece diretrizes que evidenciam a centralidade da consciência profissional. Nesse sentido, é correto afirmar que:

- a) o profissional deve adaptar sua consciência ética às normas internas da organização.
- b) o contrato de trabalho prevalece sobre o Código de Ética em caso de conflito normativo.
- c) a incompatibilidade entre normas organizacionais e princípios éticos pode tornar o contrato de trabalho eticamente inviável.
- d) a observância dos padrões organizacionais dispensa a análise dos princípios do Código.
- e) a interdição contratual depende de decisão judicial prévia

57. Há uma diferença entre Comunicação Pública, Governamental, Institucional e Política, ressaltando que, em provas de concurso, o critério decisivo para identificação conceitual reside na análise do beneficiário direto da ação comunicacional. À luz desse parâmetro, não pode ser considerada Comunicação Pública, em sentido estrito:

- a) campanha informativa sobre acesso a serviços públicos essenciais.
- b) divulgação de direitos sociais acompanhada de canais de ouvidoria.
- c) prestação de contas voltada à fiscalização cidadã.
- d) propaganda eleitoral destinada à promoção de agente político.
- e) disponibilização de dados públicos para controle social

58. No que se refere às funções da comunicação nos órgãos públicos, conforme sistematização apresentada no material, assinale a alternativa correta.

- a) A função educativa restringe-se à formação técnica dos servidores públicos.
- b) A função política refere-se exclusivamente à comunicação eleitoral.
- c) A função de integração interna visa ao ajustamento organizacional e à circulação de informações confiáveis.
- d) A função de imagem antecede a definição da identidade institucional.
- e) A função de pesquisa é acessória e prescindível no planejamento estratégico

59. O elemento que melhor delimita a Comunicação Pública em relação a outras formas de comunicação estatal é:

- a) o caráter institucional da mensagem.
- b) o emprego de instrumentos digitais e interativos.
- c) a centralidade do interesse coletivo como finalidade da ação comunicacional.
- d) a obrigatoriedade de prestação de contas periódica.
- e) a vinculação da mensagem a órgãos da Administração Pública

60. A Comunicação Pública pressupõe não apenas o fornecimento de informações, mas a criação de condições para que o cidadão possa compreendê-las e utilizá-las. Sob essa perspectiva, a disponibilização de dados oficiais:

- a) satisfaz o direito de acesso à informação.
- b) garante automaticamente a participação cidadã.
- c) pode ser insuficiente quando não viabiliza o exercício efetivo de direitos.
- d) dispensa a adoção de instrumentos de interação e escuta social.
- e) substitui a necessidade de políticas comunicacionais estruturadas

61. No âmbito da atuação comunicacional de organizações que operam em ambientes digitais marcados por alta competitividade informacional, a definição prévia de diretrizes editoriais assume função estruturante. Considerando essa premissa, a chamada linha editorial pode ser corretamente compreendida como o instrumento que:

- a) foca em padrões estéticos, assegurando uniformidade visual e minimizando variações discursivas.
- b) organiza previamente temas, abordagens e linguagens, de modo a alinhar o conteúdo divulgado aos objetivos institucionais e às expectativas do público.
- c) substitui o planejamento estratégico ao permitir decisões casuísticas orientadas pelo desempenho imediato das publicações.
- d) restringe a diversidade de formatos, preservando a coerência comunicacional da marca.
- e) concentra-se na definição de identidade visual, afastando-se de critérios de relevância informacional

62. No processo de avaliação do desempenho comunicacional em redes sociais, o monitoramento sistemático de indicadores constitui etapa indispensável. Entre esses indicadores, as métricas de engajamento assumem relevância por:

- a) mensurarem o crescimento quantitativo de seguidores.
- b) aferirem a visibilidade potencial das publicações, independentemente de interação.
- c) expressarem o grau de envolvimento do público com os conteúdos divulgados.
- d) substituírem métricas de conversão na análise estratégica.
- e) indicarem apenas resultados de ações patrocinadas

63. A curadoria de conteúdos assume papel decisivo em estratégias digitais contemporâneas, especialmente diante da abundância de informações disponíveis. Nessa perspectiva, a curadoria distingue-se da simples produção de conteúdo porque:

- a) elimina a necessidade de alinhamento estratégico ao priorizar tendências fortes nas redes e com maior potencial de engajamento.
- b) envolve a agregação mecânica de informações oriundas de múltiplas fontes.
- c) envolve seleção criteriosa, organização e contextualização de informações relevantes para determinado público.
- d) substitui a definição de linha editorial ao operar de forma autônoma.
- e) tem como objetivo maximizar o volume de publicações

64. No monitoramento de desempenho em redes sociais, diferentes indicadores cumprem funções analíticas distintas. Sob uma perspectiva estratégica, as métricas de engajamento são particularmente relevantes porque:

- a) substituem indicadores de alcance e visibilidade.
- b) refletem exclusivamente o sucesso de ações patrocinadas.
- c) expressam a qualidade da interação entre público e conteúdo.
- d) permitem inferir, de forma direta, impactos organizacionais de longo prazo.
- e) dispensam análise qualitativa das interações

65. Durante períodos autoritários da história brasileira, os meios de comunicação sofreram intervenções diretas do Estado. A respeito dessas intervenções, assinale a alternativa correta.

- a) A censura à imprensa ocorreu exclusivamente durante o regime militar.
 - b) O controle estatal da comunicação visava apenas à repressão de conteúdos culturais.
 - c) A atuação de órgãos específicos buscava centralizar a produção simbólica e moldar a opinião pública.
 - d) A repressão à imprensa foi uniforme e igualmente aplicada a todos os veículos.
 - e) A resistência jornalística inexistiu em contextos de censura institucionalizada
-

SERVIÇO SOCIAL*Oriz Junior*

66. A nova Diretoria de Comunicação da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) realizou um diagnóstico interno e identificou um cenário de baixa adesão dos servidores às iniciativas institucionais, um sentimento geral de desvalorização e uma forte predominância de canais informais de comunicação, como a “rádio-peão”, para a disseminação de informações relevantes. Para reverter esse quadro, a diretoria propôs a criação do programa “ALERJ Valoriza”, com o objetivo de fortalecer o engajamento e o alinhamento do corpo funcional aos valores da instituição.

Considerando os princípios do planejamento estratégico de comunicação e as melhores práticas de endomarketing, a primeira etapa para a elaboração do plano de comunicação do programa “ALERJ Valoriza” deve ser:

- a) a definição imediata dos canais de comunicação a serem utilizados, como a criação de um novo portal na intranet e um boletim informativo digital, para garantir a rápida disseminação das ações.
- b) a realização de uma pesquisa de clima organizacional aprofundada para mapear as percepções, expectativas e necessidades dos servidores, que são o público-alvo prioritário, antes de definir as estratégias e táticas.
- c) o mapeamento exclusivo dos públicos de interesse externos, como a imprensa e os cidadãos, para garantir que as ações de valorização interna tenham repercussão positiva na imagem da ALERJ perante a sociedade.
- d) a formulação de indicadores de avaliação (KPIs), como o número de acessos à intranet e a taxa de abertura dos boletins, para mensurar o sucesso do programa antes mesmo de sua implementação.
- e) a elaboração de uma campanha de comunicação externa para divulgar o programa “ALERJ Valoriza”, focando em demonstrar o compromisso da

instituição com a transparência e a valorização de seus colaboradores.

67. Uma consultoria especializada em comunicação foi contratada para desenvolver o Plano Estratégico de Comunicação da ALERJ. Em sua análise, a consultoria destacou a necessidade de se adotar uma abordagem integrada, que contemple as diferentes dimensões da comunicação organizacional, conforme preconiza a autora Margarida Kunsch. O plano proposto visa, entre outros objetivos, otimizar o relacionamento com os diversos públicos de interesse (stakeholders) da Assembleia.

Nesse contexto, a ação de comunicação que se caracteriza primordialmente como um instrumento de Comunicação Interna com foco em Endomarketing é:

- a) a criação de um novo website institucional com uma área de acesso restrito para que os servidores possam consultar seus contracheques e informações funcionais.
- b) o desenvolvimento de um programa de reconhecimento e premiação para os servidores que se destacam no cumprimento de metas e na proposição de inovações, alinhado à missão e aos valores da ALERJ.
- c) a publicação de um relatório anual de atividades, com ampla divulgação na imprensa, detalhando a produtividade legislativa e a correta aplicação dos recursos públicos.
- d) a realização de audiências públicas para debater projetos de lei de grande impacto social, com transmissão ao vivo pelas redes sociais da ALERJ para ampliar a participação cidadã.
- e) a reestruturação do manual de identidade visual da ALERJ, definindo novas diretrizes para a aplicação da marca em todos os materiais de comunicação, sejam eles internos ou externos.

68. Após a aprovação de uma controversa lei orçamentária na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), diversos veículos de comunicação publicaram matérias com interpretações equivocadas sobre a alocação de recursos para a área da saúde, gerando forte repercussão negativa na opinião pública. A presidência da ALERJ, em conjunto com a Diretoria de Comunicação, decide que é imperativo esclarecer formalmente os fatos e apresentar o posicionamento oficial da instituição para mitigar a crise de imagem.

Considerando as ferramentas e técnicas de assessoria de imprensa, o instrumento mais adequado e eficaz para essa finalidade é:

- a) a elaboração de um release de convocação, convidando os jornalistas para uma entrevista coletiva com o presidente da ALERJ e o relator da lei orçamentária.
- b) a redação e o disparo de um release padrão para toda a base de contatos da imprensa, utilizando a estrutura de pirâmide invertida para detalhar os pontos corretos da lei.
- c) a produção de um fact sheet contendo dados numéricos e estatísticas sobre o orçamento da saúde, para distribuição exclusiva aos jornalistas que cobrem a editoria de política.
- d) a publicação de uma Nota Oficial, em caráter de urgência, para apresentar o posicionamento inequívoco da ALERJ, esclarecer as informações distorcidas e reafirmar o compromisso da instituição com a saúde pública.
- e) o agendamento de entrevistas individuais com o presidente da ALERJ nos principais telejornais do estado, para que ele possa explicar pessoalmente a lei e reverter a percepção negativa.

69. A Assessoria de Imprensa da ALERJ está planejando a divulgação de um novo e complexo projeto de lei sobre transição energética, que envolve dados técnicos, projeções econômicas, impactos ambientais e um cronograma de implementação de 10 anos. O objetivo é fornecer aos jornalistas das editorias de Economia, Meio Ambiente e Política um material aprofundado, que vá além da notícia factual do dia e sirva de base para a produção de reportagens especiais e análises detalhadas.

De acordo com a classificação de produtos de assessoria de imprensa proposta por Kopplin e Ferraretto, o formato de release mais indicado para atender a essa demanda é o:

- a) release de opinião.
- b) release padrão.
- c) release especial.
- d) release dirigido.
- e) release de convocação.

70. A Diretoria de Comunicação da ALERJ pretende realizar um diagnóstico aprofundado para compreender não apenas o que os cidadãos fluminenses pensam sobre a instituição, mas principalmente por que eles mantêm certas percepções, explorando as motivações, os sentimentos e as narrativas subjacentes que formam a imagem da Assembleia. O objetivo não é obter dados generalizáveis estatisticamente, mas sim um entendimento intenso e profundo das razões que moldam a opinião pública.

Para atender a essa necessidade específica de diagnóstico, a abordagem metodológica mais adequada é:

- a) a pesquisa quantitativa, por meio de um survey com amostra probabilística representativa do estado, para medir os índices de aprovação e rejeição.
- b) a pesquisa qualitativa, utilizando técnicas como grupos focais e entrevistas em profundidade para explorar as percepções e os discursos dos cidadãos.
- c) a auditoria de comunicação organizacional, para analisar a eficácia dos canais de comunicação internos e externos da ALERJ.
- d) a pesquisa de clima organizacional, para mensurar o nível de satisfação e engajamento dos servidores da casa legislativa.
- e) a abordagem de evento midiático, desenvolvendo uma pesquisa com base nos temas de maior interesse da imprensa para gerar mídia espontânea.

71. A nova gestão da Diretoria de Comunicação da ALERJ, baseada nos estudos de Margarida Kunsch, decide que, antes de propor um novo plano estratégico de comunicação, é preciso realizar um diagnóstico completo. A gestão determina a execução de um estudo específico para analisar como a instituição é vista por suas audiências, investigando a imagem corporativa e os modelos mentais que os públicos de interesse associam à

marca "ALERJ", incluindo a análise da autoimagem (cultura organizacional) e do seu posicionamento.

Considerando a classificação de pesquisas e auditorias em comunicação, a ferramenta de diagnóstico descrita no enunciado corresponde a uma:

- a) Pesquisa de Opinião.
- b) Auditoria de Opinião.
- c) Auditoria de Imagem.
- d) Pesquisa Institucional.
- e) Auditoria Social.

72. Durante a organização de uma sessão solene na ALERJ em homenagem a um cônsul estrangeiro, a equipe de eventos se depara com três desafios distintos: 1) Definir a ordem em que as autoridades, incluindo o Governador do Estado e o Presidente do Tribunal de Justiça, ocuparão seus assentos na mesa de honra; 2) Instruir os deputados recém-empossados sobre como se dirigir e cumprimentar o cônsul e as demais autoridades; 3) Estruturar a sequência de ritos da solenidade, como a composição da mesa, a execução dos hinos e a ordem dos discursos.

Considerando os conceitos fundamentais do cerimonial público, os desafios 1, 2 e 3 correspondem, respectivamente, às esferas do:

- a) Protocolo, Etiqueta e Cerimonial.
- b) Cerimonial, Protocolo e Etiqueta.
- c) Etiqueta, Cerimonial e Protocolo.
- d) Protocolo, Cerimonial e Etiqueta.
- e) Cerimonial, Etiqueta e Protocolo.

73. Para uma sessão solene na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), foram convidadas diversas autoridades. A cerimônia ocorrerá no estado do Rio de Janeiro e será presidida pelo Governador do Estado. Estarão presentes, entre outros, o Vice-Presidente da República, um Ministro de Estado, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e o Prefeito da capital.

De acordo com as Normas do Cerimonial Público e a Ordem Geral de Precedência (Decreto nº 70.274/1972), a ordem correta de precedência para a composição da mesa de honra, logo após o Governador do Estado, é:

- a) Vice-Presidente da República, Ministro de Estado, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Prefeito da capital.
- b) Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Vice-Presidente da República, Ministro de Estado, Prefeito da capital.
- c) Vice-Presidente da República, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Ministro de Estado, Prefeito da capital.
- d) Ministro de Estado, Vice-Presidente da República, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Prefeito da capital.
- e) Prefeito da capital, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Ministro de Estado, Vice-Presidente da República.

74. Durante uma solenidade de hasteamento da Bandeira Nacional em frente ao Palácio Tiradentes, sede da ALERJ, um servidor do cerimonial, com a intenção de prestar uma homenagem, redige o nome da autoridade homenageada do dia diretamente sobre o círculo azul da bandeira, utilizando uma caneta de tecido dourada. A bandeira, assim modificada, é hasteada.

De acordo com a Lei nº 5.700/1971, que dispõe sobre os Símbolos Nacionais, a atitude do servidor constitui:

- a) um ato de reverência e exaltação, permitido em cerimônias especiais para homenagear autoridades.
- b) uma prática aceitável, desde que a inscrição seja feita com material removível e não danifique o tecido.
- c) um ato de desrespeito à Bandeira Nacional, sendo vedada a aposição de quaisquer inscrições ou adições ao Símbolo Nacional.
- d) uma infração administrativa leve, passível de advertência, mas que não invalida o ato cívico.
- e) um procedimento padrão em cerimônias legislativas, amparado por costumes e práticas do cerimonial do Poder Legislativo.

75. A Mesa Diretora da ALERJ encarrega a Diretoria de Comunicação de organizar um grande seminário internacional sobre "Legislação e Inteligência Artificial", a ser realizado em seis meses. O evento visa posicionar a ALERJ como um polo de debate sobre o tema. A equipe de eventos, liderada por um profissional de Relações Públicas, se reúne para iniciar os trabalhos.

Considerando as fases do planejamento e gestão de eventos, a primeira ação a ser tomada pela equipe é:

- a) a contratação do serviço de buffet e a reserva do centro de convenções para garantir a data.
- b) a elaboração de um cronograma detalhado de execução, distribuindo as tarefas entre os membros da equipe.
- c) a definição clara do propósito, dos objetivos (gerais e específicos) e do público-alvo do seminário.
- d) o envio de "save the date" para a base de contatos de deputados, acadêmicos e jornalistas.
- e) a criação da identidade visual do evento e o desenvolvimento do material gráfico de divulgação.

76. A equipe de Relações Públicas da ALERJ está definindo os objetivos específicos para um programa de integração de novos servidores. O objetivo geral é "Melhorar a integração e o sentimento de pertencimento dos novos funcionários". Para tornar este objetivo tangível, a equipe propõe a seguinte meta: "Aumentar a participação dos novos servidores nos eventos internos da casa."

Analizando esta meta sob a ótica do método SMART, é correto afirmar que ela carece, principalmente, dos atributos:

- a) Específico (Specific) e Relevante (Relevant).
- b) Mensurável (Measurable) e com Limite de Tempo (Time-bound).
- c) Alcançável (Achievable) e Relevante (Relevant).
- d) Específico (Specific) e com Limite de Tempo (Time-bound).
- e) Mensurável (Measurable) e Alcançável (Achievable).

77. Após a realização de um ciclo de palestras sobre transparência no Legislativo, o profissional de Relações Públicas responsável pelo evento na ALERJ inicia a etapa de pós-evento. Suas ações incluem a elaboração de um relatório com a quantidade de participantes, a análise das respostas de um formulário de satisfação distribuído ao final do evento e o envio de uma nota de agradecimento aos palestrantes e patrocinadores.

Considerando as funções do profissional de RP na gestão de eventos, essas ações são fundamentais, principalmente, para:

- a) iniciar imediatamente a divulgação da próxima edição do evento, aproveitando o engajamento do público.
- b) avaliar o sucesso do evento em relação aos objetivos propostos e identificar pontos de melhoria para futuras edições.

c) gerar um clipping de notícias para mensurar a visibilidade do evento na mídia e justificar o investimento.

d) garantir a renovação do contrato com os patrocinadores, apresentando os resultados positivos de público.

e) cumprir uma formalidade burocrática de encerramento do projeto, sem impacto estratégico para a organização.

78. Um professor de história planeja levar duas turmas de ensino médio para conhecerem as sedes do poder legislativo. A primeira visita será ao Congresso Nacional, em Brasília, com um grupo de 18 alunos. A segunda visita será ao Palácio Tiradentes, sede da ALERJ, no Rio de Janeiro, com um grupo de 12 alunos.

Considerando as normas de visita de ambas as instituições, o professor deverá:

- a) agendar obrigatoriamente a visita para ambos os grupos.
- b) agendar obrigatoriamente a visita ao Congresso Nacional, mas para a ALERJ, o grupo poderá realizar a visita de forma espontânea.
- c) realizar ambas as visitas de forma espontânea, pois os grupos são considerados pequenos.
- d) agendar obrigatoriamente a visita à ALERJ, mas para o Congresso Nacional, o grupo poderá realizar a visita de forma espontânea.
- e) realizar a visita de forma espontânea em ambas, desde que se junte a grupos já formados no local.

79. Um turista estrangeiro, aproveitando suas férias no Rio de Janeiro em um sábado, decide visitar o Congresso Nacional em Brasília. Ao chegar ao local vestindo bermuda e chinelos, é informado sobre as regras de vestimenta. Em outra situação, um estudante universitário tenta visitar o mesmo local em uma quarta-feira, durante o período de sessões legislativas, também de bermuda.

Com base no Ato Conjunto nº 5/2014, que regulamenta o programa "Visite o Congresso", a situação do turista e do estudante será, respectivamente:

- a) ambos serão impedidos de entrar, pois a restrição de vestimenta se aplica a todos os dias.
- b) ambos serão autorizados a entrar, pois a regra de vestimenta é flexível para visitantes.
- c) o turista será autorizado a entrar, mas o estudante será impedido.
- d) o estudante será autorizado a entrar, mas o turista será impedido.
- e) ambos serão autorizados, mas deverão alugar trajes adequados na recepção.

80. O programa de visitação da ALERJ, "Palácio Tiradentes: Lugar de Memória do Parlamento Brasileiro", possui características distintas em relação a outros programas do gênero, visando ampliar o acesso e a educação política. Uma dessas características é um tratamento diferenciado para escolas da rede pública.

Esse tratamento especial oferecido pela ALERJ a escolas públicas agendadas consiste em:

- a) isenção de taxas de agendamento e um tour com acesso a áreas restritas do Palácio.
- b) transporte para buscar e levar os alunos, lanche durante a visita e registro fotográfico profissional da turma.
- c) um encontro exclusivo com o Presidente da ALERJ e a entrega de material didático personalizado.
- d) prioridade no agendamento em qualquer data e a possibilidade de realizar a visita em horários estendidos.
- e) mediação da visita realizada por deputados e a participação em uma simulação de sessão plenária.

Discursiva

Texto Motivador

Uma autarquia federal responsável pela fiscalização sanitária enfrenta uma grave crise de imagem após a divulgação, em redes sociais, de vídeos que mostram falhas na fiscalização de produtos perecíveis em 2025. A repercussão negativa foi imediata, com forte engajamento do público e cobranças por parte da imprensa tradicional. Diante do caos, o diretor da autarquia sugeriu ignorar os pedidos de entrevista, alegando que "a internet esquece rápido", e propôs que um técnico recém-contratado falasse com os jornalistas para "desviar o foco" da diretoria. A assessoria de comunicação, contudo, alertou que tal postura contraria os princípios do gerenciamento de crises e da comunicação pública.

Comando da Questão

Considerando a situação hipotética e os fundamentos da assessoria de imprensa, redija um texto dissertativo sobre a gestão de crises e o relacionamento com a mídia. Em seu texto, aborde necessariamente os seguintes tópicos:

1. A postura recomendada para a assessoria de imprensa no atendimento aos jornalistas durante uma crise, contrapondo-a à estratégia de silêncio proposta pelo diretor.
2. A importância da escolha do porta-voz e a função do "Media Training" na preparação desse profissional para o contato com a imprensa.
3. O papel do monitoramento de mídias digitais (novo "clipping") como ferramenta estratégica para a tomada de decisão nesse cenário.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>